



VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

IN CABO DELGADO BULLETIN

RESOLUTION DIALOGUE

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Terça-feira, 4 de Maio de 2021 | Ano 1, n.º 14 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português



Ministério da Defesa Nacional reconhece importância do diálogo na resolução do conflito em Cabo Delgado

- O coronel Omar Saranga diz que a resolução do conflito em Cabo Delgado explorando a via pacífica seria a opção desejável. Mas FADM, cientes da inexistência de um interlocutor válido para o diálogo, têm reforçado as relações civil-militar através da colaboração com as comunidades locais e associações da sociedade civil.
- O embaixador reformado Roeland van de Geer defende uma abordagem mista: intervenção militar para proteger pessoas e bens e mediação para a prevenção e resolução do conflito. “Quando trabalhei no Afeganistão estava claro que a abordagem militar não seria suficiente para a resolução do problema e sinto-me tentado a pensar o mesmo em relação aos conflitos que temos em alguns países de África”.
- GGA defende que é preciso encontrar soluções nacionais e locais: há sempre uma dimensão local e outra nacional que devem ser consideradas na resolução de conflitos. “Temos que ver o que deve ser aplicado para o contexto de Cabo Delgado”.



LIESEL LOUN-VAUDRAN



STEPHEN CLARKE

Um mês depois dos ataques brutais na vila de Palma, a petrolífera Total declarou (a 26 de Abril) “força maior” junto dos seus parceiros devido à deterioração das condições de segurança. A vila de Palma fica a menos de 30 quilómetros de Afungi, o local onde será construído o complexo de liquefacção de gás da Área 1 da bacia do Rovuma, no âmbito do desenvolvimento do projecto *Mozambique LNG*, que tem como operador a Total.

A declaração de “força maior” (a 26 de Abril) afecta os contratos entre a Total e os principais empreiteiros - que também viram-se na iminência de suspender os contratos com as subcontratadas, onde se incluem as pequenas e médias empresas moçambicanas. A decisão da Total visa mitigar os efeitos negativos decorrentes da aplicação de contratos e custos em bens e serviços que não podem ser prestados ou utilizados durante o período em que as operações estiverem suspensas, facto que teria efeitos negativos no custo global do projecto.

Depois de declarar “força maior”, a petrolífera francesa Total admitiu, há dias, um atraso de pelo menos um ano no calendário do projecto *Mozambique LNG*, alargando o prazo para depois de 2024¹. Isto significa que a produção e exportação do gás natural da Área 1

da bacia do Rovuma não vai arrancar antes de 2025, tal como estava previsto.

“Claro que estes eventos (ataques terroristas) terão impacto no calendário do projecto e, nesta fase, estimamos que este impacto será de pelo menos um ano de atraso. Esperamos que as acções tomadas pelo Governo de Moçambique e pelos seus parceiros regionais e internacionais permitam a restauração da segurança e a estabilização de Cabo Delgado de uma forma sustentável”, disse Jean-Pierre Sbraire, Director Financeiro do projecto *Mozambique LNG*².

Mais do que nunca, estes factos tornam tão necessária e urgente a promoção do diálogo como ferramenta de resolução do conflito em Cabo Delgado e de mitigação dos seus efeitos. É neste contexto que o CDD está a promover a iniciativa denominada “Resolução do Conflito em Cabo Delgado”. No *webinar* da semana passada, especialistas e actores moçambicanos discutiram as “Considerações estratégicas, recomendações para formuladores de políticas, diálogo e metodologia”.

O Ministério da Defesa Nacional (MDN), parceiro estratégico do CDD nesta iniciativa e actor relevante no conflito em Cabo Delgado, esteve representado pelo coronel Omar Saranga, Director Nacional da Política de Defesa. Na sua intervenção, Saranga reconheceu

¹ <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-total-admite-atraso-de-pelo-menos-um-ano/a-57379939>

² <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-total-admite-atraso-de-pelo-menos-um-ano/a-57379939>



KHALID KOSER



PIERS PIGOU

a importância do diálogo para a resolução do conflito e defendeu que a violência não é desejável, pois viola os princípios básicos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. “Nessa perspectiva, o seu banimento representa um passo crucial na civilização da luta política e a ideia de que os conflitos de interesses e as disputas pelo poder podem ser resolvidos por outros meios representa em si mesma um valor não negligenciável”.

Entretanto, o Director Nacional da Política de Defesa fez notar que a forma como actuam os grupos extremistas em Cabo Delgado (incendiar casas e pilhar propriedades públicas e privadas, assassinar, decapitar e esquarterar as populações civis) torna complexa a resolução do conflito por via do diálogo. “O processo de resolução pressupõe a conformação com os princípios republicanos atinentes à construção de um Estado de Direito Democrático, onde os principais indicadores de implemen-

tação têm que ver com o debate construtivo de ideias que busquem o bem-estar colectivo da sociedade como um todo”.

Na ausência de interlocutor, diz o coronel Omar Saranga, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) são chamadas a exercer o seu direito constitucional de defender a inviolabilidade do território nacional, do património, dos interesses vitais e estratégicos nacionais para garantir o funcionamento normal das instituições.

O uso da força pelas FADM justifica-se pela necessidade de deter e neutralizar as acções dos terroristas, evitando o seu alastramento. “A resolução do conflito em Cabo Delgado explorando a via pacífica seria a opção desejável. As FADM, cientes da inexistência de um interlocutor válido para o diálogo, têm reforçado as relações civil-militar através da colaboração com as comunidades locais e associações da sociedade civil”.

Especialistas falam da importância de soluções mistas para a resolução do conflito e do diálogo inclusivo

O embaixador reformado Roeland van de Geer tem uma passagem por Moçambique, Tanzânia e África do Sul, países que partilham fronteiras e enfrentam, cada um ao seu nível, a ameaça terrorista. Dos contactos que Roeland van de Geer tem mantido com especialistas na matéria, ressalta a necessidade de se en-

tender melhorar a natureza do conflito e da violência em Cabo Delgado.

O primeiro passo deverá ser uma investigação independente, envolvendo organizações da sociedade civil moçambicanas e, possivelmente, outras baseadas na Tanzânia e África do Sul. Depois do diagnóstico sobre a nature-



RICHARD RANDS



YUSSUF ADAM

za do conflito, Roeland van de Geer defende a criação de espaço para mediação, prevenção e resolução. Ele explica que a mediação deve centrar-se na prevenção da propagação do conflito, mas também com a intenção de resolução.

O diplomata defende uma abordagem mista: intervenção militar para proteger pessoas e bens e mediação para a prevenção e resolução do conflito. “Quando trabalhei no Afeganistão estava claro que a abordagem militar não seria suficiente para a resolução do problema e sinto-me tentado a pensar o mesmo em relação aos conflitos que temos em alguns países de África”.

O diálogo para a prevenção e resolução do conflito deve ser inclusivo e garantir que as pessoas afectadas se sentem representadas. “Seria muito importante monitorar o processo em Cabo Delgado nos próximos tempos através de um painel inclusivo, com as populações locais. As tensões sociais surgem quando não se usam abordagens inclusivas e abrangentes”, alertou Roeland van de Geer.

A partir da África do Sul interveio Piers Pigou, da International Crisis Group (ICG), instituição baseada em Bruxelas e que trabalha na prevenção de conflitos. “Nós tentamos estabelecer recomendações para todos os actores fundamentais sobre conflitos”. Em Moçambique, o ICG está envolvido na elaboração de um relatório que inclui recomendações sobre possíveis soluções para o problema de insegurança em Cabo Delgado. “Não irei entrar em

detalhes sobre as recomendações do relatório”, disse Piers Pigou, para depois defender que é importante enfatizar o que as pessoas chamam de factores condutores do conflito. Aliás, o pesquisador do ICG reiterou que a solução do conflito não se pode basear apenas em questões de segurança, mas deve incluir também um diálogo inclusivo. “Há lições que podem ser apreendidas de outros contextos. É preciso saber lidar com a insurgência”.

Liesel Louw-Vaudran, do Institute for Security Studies (ISS) diz que a SADC pode ajudar Moçambique de várias formas: “Por exemplo, alertando e assegurando aos investidores e países vizinhos de que se este tipo de conflito continuar vai afectar a confiança sobre a região e especificamente sobre todos os Estados”.

Louw-Vaudran defende ainda que a SADC pode difundir a mensagem certa, procurando sempre investigar as causas do conflito. “A SADC tem uma vasta experiência, pelo menos nas últimas duas décadas, de promoção de diálogo e da mediação como resposta para várias crises. A União Africana também pode exercer um papel significativo, mas gostaríamos de ver maior cooperação bilateral dentro da SADC antes de procurarmos soluções fora da região”.

O representante da Good Governance Africa (GGA) começou por explicar que a sua instituição trabalha na África do Sul, Nigéria, Gana e Etiópia e tem estado envolvida na observação do desempenho dos governos desses países.

Além de produzir pesquisas, a GGA trabalha na prevenção de conflitos, incluindo na advocacia para o envolvimento de múltiplos actores e para a inclusão de vários segmentos da população local. “O objectivo é entender as tendências do extremismo violento e aconselhar políticas para contrariar esse fenómeno. É importante aprender de outros contextos em África, há boas práticas que podem ser apreendidas, apesar das especificidades de cada País”.

Apesar de aconselhar sempre abordagens mistas (militar e desenvolvimentista), a GGA chama a atenção para o facto de que os projectos de desenvolvimento levam tempo para começar a dar resultados e é difícil medir esses resultados. Enquanto isso, campanhas militares produzem resultados que são muitas vezes fáceis de medir. “Enquanto as respostas militares são necessárias para garantir a segurança das populações, esses esforços devem ser limitados e deve haver espaço para a discussão, de forma inclusiva e livre, das questões económicas e sociais que muitas vezes provocam esses conflitos.

A GGA faz notar que algumas constatações

que obteve nos estudos realizados têm alguma correlação com o que se passa em Cabo Delgado. “Há necessidade de encontrar soluções nacionais e locais, há sempre uma dimensão local e nacional que deve ser considerada na resolução de conflitos. Temos que ver o que deve ser aplicado para o contexto de Cabo Delgado e há necessidade de trabalharmos juntos e de forma construtiva, partilhando a informação”.

O académico moçambicano Yussuf Adam também interveio no debate para defender que o conflito em Cabo Delgado não será resolvido apenas pela via militar. É preciso dialogar, diz, alertando para a complexidade do conflito. “Não vale a pena falar de mulheres e homens sem rosto, porque isso não existe. Ninguém faz a guerrilha sem rosto. Eles basicamente têm dito o que querem ou não querem: não querem a corrupção, querem a distribuição justa dos recursos. Há diferença: nós também queremos essas mudanças, mas dentro do quadro do Estado de Direito Democrático. Mas eles têm outras teorias”. Yussuf Adam defende também o envolvimento das comunidades e líderes locais.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

